PUBLICIDADE

# Gênero, clima e mercado financeiro: alinhando lucro e propósito

Neste artigo, Priscilla Santos fala da importância de um diálogo entre aqueles que atuam nas pautas ESG e os agentes do mercado

**Por Priscilla Santos, Para o Prática ESG — De Roma, Itália.**

**27/03/2023 07h30 · Atualizado há 3 meses**

Não é de hoje que o conceito ESG tomou conta do léxico de investimentos, passando a ser filtro necessário nas análises que precedem tomadas de decisões por alocadores de capital. As premissas que motivam os que advogam pela sua adoção são cada vez menos controversas: nos diversos campos do espectro político, há crescente aceitação de que a igualdade de gênero e o combate às mudanças climáticas devem ser valores presentes na gestão do sistema econômico.

O desafio surge quando o mercado financeiro procura avaliar os efeitos práticos do ESG: seria o respeito a parâmetros éticos e de governança um obstáculo à obtenção do alpha - a outperformance tão sonhada por gestores? Essa parece ser a interpretação predominante no setor privado brasileiro, a julgar pelo descompasso entre o greenwashing que toma conta das comunicações empresariais e a falta de ações substantivas nas pautas de gênero e clima.

**LEIA MAIS:**


## Leia também:

**Guerra entre Israel e Hamas desencadeia onda de antissemitismo na Europa**

**Primeiro-ministro de Portugal renuncia ao cargo após operação contra membros do governo**


- **ESG: Como ir mais além do discurso eloquente?**
- **Por que empresas ainda praticam greenwashing?**

A favor do ESG, é fácil encontrar sinais encorajadores. Há, por exemplo, estudos que demonstram que i) empresas modificadas por investidores ativistas e passam a adotar práticas ESG tendem a produzir **resultados superiores à média;** ii) empresas que respeitam critérios ESG tendem a ter downside limitado durante períodos de crise; iii) o aumento da diversidade de gênero em conselhos societários tende a fazê-

los desempenhar melhor; e iv) a presença de mulheres em tais conselhos ajuda a **prevenir fraudes.**

Considerar aspectos de gênero na gestão corporativa não é apenas um modo de produzir material para campanhas publicitárias que melhorem a imagem da empresa. **De acordo com estudo de 2019 da S&P Global,** para além de análises de risco e inclusão social, há evidências de que a incorporação da diversidade de gênero é algo lucrativo. Atentos a isso, investidores têm feito cada vez mais pressão para que empresas aumentem a proporção de mulheres em sua liderança e avancem nos esforços para compensação justa.

Empresas com maior diversidade de gênero na composição de boards têm tido melhor performance do que suas pares menos inclusivas. O estudo detectou lucros que excedem 1,8 trilhões de dólares entre 2012 e 2019 para empresas com mulheres no cargo de CFO. Esses dados não têm sido ignorados por atores corporativos. Nos EUA, houve um **aumento de 88% no número de mulheres na diretoria** nos últimos 10 anos. Ao redor do mundo, a média de assentos em boards que são ocupados por mulheres é de 20,6%. Esse movimento é parte da crescente onda de "progresso social" no mercado financeiro - pelo menos internacionalmente.

## Mas como anda o cenário no Brasil?

Mulheres investem, recebem investimentos e são impactadas por eles - assim como pelas mudanças climáticas. Tanto na seara financeira quanto na de clima, elas estão em todos os lugares, mas em alguns menos do que em outros, principalmente quando falamos em espaços de tomada de decisão. Segundo dados da **XP Research de 2022,** apesar de avanços incrementais, somente 15% das mulheres estão em posições de liderança em empresas de capital aberto no Brasil. Além disso, dentre as 447 empresas listadas na **B3**, menos de 1% possui uma mulher como CEO, e apenas 7% de mulheres presidem conselhos. Segundo o relatório **World Gender Gap 2022**, o Brasil amarga a 94ª posição no ranking de paridade de gênero.

No que se refere à adoção de métricas de sustentabilidade e transparência – tão importantes quanto representatividade e lucratividade – **recente pesquisa** demonstra que, apesar de 64% das organizações participarem de programas ESG, apenas 23% têm processos maduros, com indicadores e objetivos definidos, enquanto 41% têm metas em desenvolvimento e 36% não possuem qualquer métrica relacionada ao cumprimento da Agenda 2030, que envolve objetivos climáticos e de equidade social, de gênero e raça.

## Para além do wishful thinking

Listar estudos que correlacionam ESG e lucratividade, porém, pode ser apenas uma maneira reconfortante de alimentar o nosso viés de confirmação. Afinal de contas, todos queremos que empresas "do bem" sejam mais lucrativas - e, como disse o ex-CIO de Investimentos Sustentáveis da BlackRock, "sempre há dinheiro a ser ganho dizendo às pessoas aquilo que elas querem ouvir". Ocorre que uma revisão séria da literatura que investiga tais correlações, bem como da prática sobre investimentos, revela, no geral, um resultado, por enquanto, inconclusivo.

A afirmação de que padrões ESG são invariavelmente bons para o desempenho empresarial parece ser carregada de grande dose de wishful thinking. É plausível, por exemplo, supor que danos reputacionais sofridos por empresas que violam o ESG, em alguns casos, possam comprimir o seu valuation de tal forma, que empresas altamente lucrativas venham a ser negociadas por preços extremamente reduzidos, o que as tornaria investimentos ainda mais atrativos. Esse tem sido, historicamente, o caso de empresas de tabaco, cujos dividendos mantiveram-se polpudos até mesmo na era de juros baixíssimos nos EUA. Os argumentos amorais a favor de tal estratégia de investimentos podem ser tão persuasivos que, nos EUA,

existem fundos de investimentos focados exclusivamente em ações de empresas de vícios, como apostas, álcool, tabaco e fast food.

## O que fazer, então?

A bala de prata usualmente invocada tem sido a regulação, por meio da qual externalidades gerariam custos às empresas, na forma de multas e impostos, prejudicando a sua lucratividade, o que traria um desincentivo natural ao mau comportamento. Os obstáculos para tal regulação são as tradicionais empresas geradoras de externalidades, que investem pesado em lobby para impedir a implementação de políticas robustas de responsabilização. O trabalho de conscientização – de eleitores, consumidores e investidores – ganha especial relevância nessa disputa legislativa. Daí a importância de um diálogo de alto nível entre aqueles que atuam nas pautas ESG e os agentes do mercado.

> **Para além desse engajamento – e da pressão pela regulação adequada – é importante que mais pesquisa seja feita sobre os vínculos entre ESG e investimentos e eventuais relações de causalidades. Isso pode trazer mais discernimento sobre as áreas em que a regulação é o caminho mais adequado para internalizar externalidades e aquelas em que os interesses do mercado estão mais alinhados aos valores ESG.**

Dessas áreas, gênero é possivelmente a mais promissora. Assim, mover-se precocemente na direção da inclusão permitiria a obtenção de uma first mover advantage, o pioneirismo que concede a um agente privado vantagens como forte reconhecimento de marca, fidelidade do cliente e compra antecipada de ativos antes da precificação da vantagem pelo mercado. Com ou sem regulação, seguindo como retardatárias, as empresas brasileiras correm o risco de perder o "prêmio ESG", bem como a valorização acionária potencialmente trazida pelo vanguardismo.

***Este artigo reflete a opinião da autora, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.***